

Contribuições do FOREXT¹ ao Processo de Avaliação Institucional da Extensão Universitária²

MARIA DA CONSOLAÇÃO GOMES DE CASTRO*
(ORGANIZADORA)

Recebido: 10/05/05

Aprovado: 16/05/05

*Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Letras/PUC Minas, Professora do Curso de Serviço Social, membro do Copav/Propav - PUC Minas e representante da PUC Minas no ForExt, no período de 2001/2004.

Resumo: As contribuições sobre a avaliação institucional da extensão que se apresentam para reflexão neste artigo foram produzidas pela Câmara Sudeste, norteada pelos subsídios gerados nos encontros do ForExt. Trata-se portanto, de uma produção coletiva, construída por muitas mãos - a partir das reflexões e experiências vivenciadas pelas IES filiadas ao ForExt. Espera-se que os elementos aqui apontados sejam desenvolvidos na perspectiva de contribuir para gestar uma prática da extensão naquilo que lhe é mais forte, a extensão como redefinidora da prática pedagógica, da articulação entre teoria e prática, da investigação e intervenção frente às exigências da sociedade, bem como pensar um outro ideário para a concretização da gestão da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Palavras-Chave: Avaliação Institucional, Extensão Universitária, Metodologia de Avaliação

INSTITUTIONAL EVALUATION OF UNIVERSITY EXTENSION PROGRAMS

Abstract: Contributions to institutional evaluation of extension programs dealt with in this article were produced by the Southeastern Chapter of the Extension Forum of University Provosts. It is hoped that the elements here developed contribute to the redefinition of pedagogical practice, articulating theory and practice, research and intervention vis-à-vis society's demands, leading to new ways of approaching the issue of articulating teaching, research and extension programs.

Key words: Institutional Evaluation; University Extension; Evaluation Methodology.

1 Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias (www.ucb.br/extensao-comunitaria)

2 Os documentos produzidos nos encontros do ForExt, foram discutidos e sistematizados pelos professores integrantes da Câmara Sudeste (Prof. Eugênio Daniel/Centro Universitário Clarentiano; Profª Elizabeth de Pádua/PUC Campinas; Prof. Evandro Ribeiro/Universidade de São Francisco; Prof. Flaviano Agostinho de Lima/UNISO; Prof. Pe. Manuel Pereira/UNISAL; Profª Vera Victor Ananias/PUC Minas). Destas discussões surgiu a necessidade de elaboração deste artigo, redigido pela Profª Maria da Consolação Gomes de Castro e contou com a importante colaboração dos Professores Luíz Síveres/UCB, presidente do ForExt e Francisco Carlos Lopes da Silva/Centro Universitário Franciscano do Paraná, representante da Câmara Sul.

APRESENTAÇÃO

“... a inclusão da extensão universitária como um dos importantes parâmetros de avaliação da Universidade constitui um avanço na medida em que propicia a valorização e institucionalização da extensão no cenário interno e externo”.

(CASTRO E SOUZA, 2004)

O Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias - ForExt, fundado em 1999, conta hoje com 58 instituições filiadas. Objetiva analisar, debater, propor políticas, estratégias e questões relativas à extensão e à ação comunitária de interesse de seus membros e, ainda, buscar o entendimento com os órgãos governamentais e instituições da sociedade e com organismos de representação universitária.

Fundamentado no diálogo, marca específica de sua identidade e missão, o Fórum espera que suas propostas continuem colaborando de maneira efetiva na construção desse novo tempo que se abre para as Instituições de Ensino Superior do Brasil.

As contribuições sobre a avaliação institucional da extensão que se apresentam para reflexão neste documento, encontram sua principal justificativa no desejo e na necessidade dos agentes em refletir sobre o seu fazer, a partir de objetivos propostos. Trata-se de um processo que tem como princípios norteadores o processo democrático, participativo que sugere um sistema de mútua responsabilidade entre todos os que interagem para a realização do objetivo-fim da Instituição. Pretende-se, através deste documento contribuir para a instituição de um processo avaliativo da extensão universitária, que seja, ele mesmo, um recurso pedagógico, portanto um instrumento fundamental para o redirecionamento das referidas atividades. Assim, concebe-se a avaliação como obra coletiva, desde sua proposição até a discussão de prioridades quanto à implementação de seus resultados, visando à correção de rumos ou adequação de procedimentos. (PROPAV – PUC Minas, 2005)

Como bem lembra Dias Sobrinho (2000), a avaliação institucional vem adquirindo grande importância nas políticas universitárias. Muito embora se admita que a avaliação é mecanismo de regulação utilizado pelo Estado para controle da atividade educativa, também se compreende que ela pode ser rico espaço institucional de reflexão sobre a qualidade do trabalho com o conhecimento que se desenvolve nas IES. Porém, para que essa reflexão se revele prática da liberdade acadêmica e não mecanismo de controle interno, o processo de avaliação deve ser participativo, democrático e educativo.

Considerando a avaliação como principal meio de reflexão e aperfeiçoamento de toda atividade humana que se realize, entende-se que em uma Instituição de Ensino Superior que se destina ao pleno desenvolvimento do educando, a avaliação torna-se necessária em todas as dimensões a ela relacionadas e permite o desenvolvimento de mecanismos que propiciem que o processo se retroalimente.

Para pensar o processo de avaliação institucional da extensão universitária, necessário se faz entender o conceito de extensão que tem norteado os programas/projetos desenvolvidos e/ou em desenvolvimento pela extensão universitária. Conforme os Anais do IX Encontro Nacional de Extensão e Ação Comunitária, promovido pelo ForExt (2002), as atividades de extensão podem ser concebidas como todas aquelas atividades que promovem o aumento do acesso ao conhecimento, além do que é parte inerente ao ensino da graduação, da pós-graduação e das atividades de produção de conhecimento. Um dos critérios que caracteriza uma atividade como sendo de extensão é sempre envolver alunos ou aprendizes em processo de desenvolvimento de aptidões, sendo coerente com a natureza da instituição, envolver pessoas aprendendo. Um segundo critério é uma atuação da universidade na sociedade para intervir, mas que exija ou envolva a necessidade de produzir conhecimentos (pesquisar, portanto). Seja produzir conhecimento sobre o fenômeno a que se refere a intervenção, no sentido de conhecê-lo melhor para otimizá-la, seja produzir conhecimento sobre o próprio processo de intervir sobre o fenômeno (produção de conhecimento tecnológico ou de conhecimento de procedimentos de intervenção). As pesquisas aplicadas e as pesquisas-ação, nesse sentido, podem ser bons meios de extensão universitária.

A extensão universitária possibilita identificar necessidades, definir prioridades e ampliar perspectivas, contribuindo para a universidade maximizar a comunicação com a sociedade e otimizar a integração da pesquisa e do ensino no trabalho de produção de conhecimento e de acesso ao que existe, considerando sempre as necessidades sociais, sem descuidar da história e do que já foi construído por tantos que se dedicaram a esses tipos de trabalho. Segundo Síveres, em palestra proferida no Encontro de Campinas, 2004, a extensão universitária, a partir de um projeto reflexivo e propositivo do Fórum, têm sido compreendida como um processo educativo (*Paidéia*) e uma prática social (*Politéia*). A integração entre o ato educativo e a práxis social, a articulação entre compreender a realidade e responder aos seus desafios, e a interação entre o questionamento ético e o engajamento profético, compõem os fundamentos de uma instituição comunitária comprometida com a sociedade, potencializando a ação e a reflexão, em vista deste compromisso.

É preciso estar atento para que a extensão supere qualquer perigo de reducionismo, afirmando-se como processo inerente à aprendizagem.

Diante dessa configuração, a extensão tem a função de problematizar, cotidianamente, o conjunto da instituição sobre o destino que ela está tomando e se perguntar: por onde estão andando os seus passos? Que caminhos está percorrendo? E de que ótica está contemplando a realidade? Nesse percurso, porém a Universidade e, em decorrência a Extensão, encontra-se com uma multiplicidade de sujeitos sociais e defronta-se com uma perplexidade de situações culturais, configurando o que Morin chama de paradigma da complexidade. (SÍVERES, 2004)

Uma das formas de operacionalizar esta filosofia é propiciar ao acadêmico a possibilidade de vivenciar a relação ensino-aprendizagem a partir de relações interativas com os problemas advindos da sociedade. O processo educativo que se estabelece a partir desta relação precisa ser equacionado para além da sala de aula, mas também em seu interior, considerando-se o saber na sua construção inter, multi e transdisciplinar.

Em conformidade com as orientações fornecidas pelo SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior -, a extensão deve se pautar em valores educativos, observando-se sua integração com o ensino e a pesquisa buscando transferir o conhecimento e avaliando os impactos das atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento regional e nacional. As políticas de extensão devem cumprir os preceitos estabelecidos pela missão da universidade, considerando a importância social e ética de suas ações no desenvolvimento da ordem democrática e na promoção da cidadania. Ainda conforme o documento, é preciso que as ações de extensão mantenham uma articulação entre os setores públicos (governamentais e não governamentais) contribuindo para que os alunos desenvolvam no processo ensino-aprendizagem o espírito crítico próprio de uma formação ética e cidadã. A extensão deve se submeter de forma contínua a um processo avaliativo, permitindo-lhe verificar a efetividade de suas ações.

1. A Avaliação Institucional da Extensão Universitária

Este capítulo aborda a reflexão sobre a avaliação institucional da extensão a partir de quatro documentos nacionais, dos quais dois são estabelecidos pelo MEC e os outros dois são resultados de discussões de Encontros do ForExt.

1.1. Plano Nacional de Extensão 1999/2001: orientações referentes à avaliação institucional das atividades de extensão

O Plano Nacional de Extensão 1999/2001, construído pelo Fórum de Extensão de Pró-Reitores das Universidades Públicas e assumido pelo MEC, expressa, entre outros, os seguintes objetivos em relação à avaliação institucional da extensão:

- tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão universitária, tomando-a como um dos parâmetros de avaliação da própria universidade;
- criar condições para a participação da universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para o reconhecimento dessa instituição como organismo legítimo de acompanhamento e avaliação da implantação de tais políticas.

1.2. Carta de Florianópolis: a gestão e avaliação da extensão e suas correlações na estrutura institucional – ForExt, ano 2002

A gestão e a avaliação da Extensão: um desafio para a comunidade acadêmica, foi tema de discussão no IX Encontro Nacional de Extensão e Ação Comunitária e na IV Assembléia do ForExt, ocorrido na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, em outubro de 2002. No referido encontro, compreendeu-se ser mais apropriada a elaboração de um documento de caráter mais provocativo que propositivo, objetivando tornar-se o primeiro passo para o diálogo intra e interinstitucional em torno do tema da gestão e da avaliação da extensão. A esta problematização se procurou juntar outra contribuição, sugerindo-se princípios que possam orientar tal diálogo e apontando-se as perspectivas que ele pode gerar.

A gestão e a avaliação da extensão e suas correlações na estrutura institucional

A extensão como processo acadêmico está, de fato, organicamente vinculada à **produção do conhecimento filosófico, científico e tecnológico**, por meio de uma relação mútua de indeterminação e interdependência, “pois o trabalho acadêmico [é] como um processo orgânico e contínuo que se estende desde a produção até a sistematização do conhecimento e a transmissão dos resultados” (RENEX, 2002a). Os critérios e os procedimentos epistemológicos da pesquisa incidem diretamente na vinculação desta com o processo de sua comunicação à sociedade. A produção do conhecimento com base numa perspectiva filosófica positivista, por exemplo, acarretará sempre mais riscos de prescindir da sociedade como interlocutora ativa. Por sua vez, tal interlocução, numa perspectiva metodológica que traga como pressuposto e fim a realidade sociocultural em toda sua amplitude, terá na extensão não apenas um apoio, mas também um fator organicamente integrado em seu processo, reconhecendo nela “uma fonte de conhecimento significativo, naturalmente qualificado para o diálogo com o conhecimento científico” (FÓRUM, 2001a). E isto tem repercussão direta na gestão e na avaliação da extensão, denotando-lhes mais, ou menos, importância; incluindo-as, ou não, como critérios de efetividade e de eficiência para a pesquisa.

A teoria e a prática pedagógica denotam a relação direta que os professores (e, por conseguinte, a instituição) possuem com o conhecimento. Uma prática pedagógica reprodutivista ou marcadamente teórica revelará uma relação distanciada com a produção do conhecimento e seus critérios de coerência e destinação, tendendo

para a concepção da extensão definida por atividades pontuais e assistenciais, que se concentram mais em procedimentos quantitativos que qualitativos. Ao contrário, a prática pedagógica que considera o educando como sujeito e vê na relação ensino-aprendizagem um espaço pertinente e necessário para a produção do conhecimento, incluirá, obrigatoriamente, a extensão na sua concepção de ação que busca a integração com a sociedade, para a superação de injustiças e efetivação de princípios éticos. Assim, tratar da gestão e avaliação da extensão implica, necessariamente, a discussão em torno da teoria educacional, da prática

Ao se avaliar aspectos ligados à extensão, se busquem indicativos acerca da relevância social, isto é, dos impactos e/ou mudanças que as ações extensionistas alcançam no enfrentamento dos problemas sociais.

pedagógica e do cotidiano na vida acadêmica.

A gestão e a avaliação da extensão precisam considerar **a organização institucional**, porque são procedimentos relativos a decisões e execuções de opções estratégicas e planificação operacional, as quais envolvem toda a instituição, alcançando a sua própria dinâmica organizacional. Nelas estarão implicadas, por exemplo, as decisões sobre prioridades na aplicação dos talentos humanos e recursos materiais, assim como os critérios que definirão a qualidade dos resultados. Ademais, a avaliação da extensão é parte integrante do complexo processo de avaliação institucional, o qual indica “caminhos que orientem a instituição no cumprimento de sua missão social” (RENEX, 2002a). Dessa maneira se estabelece mútua implicação entre os sujeitos, inibindo decisões de caráter apenas administrativo.

A relação institucional com a sociedade é algo que diz respeito ao conjunto da comunidade acadêmica, incluindo sua dimensão de pesquisa e de ensino. Ao definir objetivos, metas e instrumentos para tal relação, a instituição estará definindo sua própria identidade, através do grau de autonomia que irá estabelecer diante de pressões e demandas do mercado, do grau de compromisso com as questões sociais e do nível de interação com o seu entorno. Assim, a gestão e a avaliação da extensão necessitam ser construídas com a participação de todos os sujeitos da comunidade acadêmica, uma vez que têm seu eixo na relação com a sociedade e a caracterização da identidade da própria instituição nas suas definições.

A gestão e a avaliação da extensão têm implicação direta na **relação entre a instituição e o mercado**. Ao mesmo tempo em que isto pode significar um incômo-

do para os que vêm na extensão um referencial ético para a Universidade – afinal, sabemos que o conhecimento não pode ser reduzido a mercadoria – pode também ser a oportunidade para a definição de limites de um fenômeno que há muito se faz presente no meio acadêmico: a pressão exagerada do mercado sobre a atividade de pesquisa e de ensino. Como setor que se organiza segundo uma lógica própria e diferente da lógica universitária, o mercado vem exigindo intensa dedicação e quase exclusividade desta, seja em termos da produção de conhecimentos, seja em termos da formação dos estudantes. Sendo instituições cuja natureza traz consigo a ambigüidade de serem privadas e públicas ao mesmo tempo, as IES Comunitárias não podem deixar de enfrentar tal diálogo. Elas possuem uma dependência real do mercado, já que necessitam de receita, a qual tem suas fontes primárias nele. Por outro lado, elas não podem entrar num processo de dependência total e correr o risco de perder sua identidade pública. Precisam sim, construir sua autonomia, evitando colocar-se a serviço de um único segmento social. Em meio a tal ambigüidade, as instituições comunitárias precisarão considerar tal diálogo como ponto de pauta constante para indicar suas possibilidades e definir seus limites, como, por exemplo, no que se refere aos critérios para a prestação de serviços a empresas, o desenvolvimento de pesquisas em parceria³ e, até mesmo, a realização de estágios. Visto desse modo, o diálogo com o mercado tende a tornar-se assunto para todos os segmentos e atores da comunidade acadêmica.

A **relação com o Estado**, no seu papel de agente regulador do Sistema de Ensino Superior, impõe às instituições determinado padrão de organização e de funcionamento⁴. Nesta relação, encontram-se implicadas as definições relativas aos currículos, às linhas de pesquisa, à construção de infra-estrutura, à formação de professores, à elaboração de instrumentos de avaliação institucional⁵ e às atividades de extensão, esta última institucionalizada na Constituição de 1988 e incluída no Plano Nacional de Educação⁶. Daí que a gestão e a avaliação da extensão encontram-se diretamente implicadas na relação com o Estado, seja no que tange à sua conformação com as

3 Segundo o Plano Nacional de Extensão da RENEX, “a prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, pesquisa e extensão, devendo ser encarada como trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitua a partir da realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social.” (RENEX 2002b).

4 “A sociedade, entretanto, construiu um ambiente para o ensino superior onde o poder normatizador excessivo do Estado tem prevalecido, ainda que de diferentes formas, sobre o exercício da autonomia universitária.” (FORGRAD, 2002, p. 64).

5 Segundo a versão preliminar dos instrumentos de Avaliação das Condições de Ensino e de Avaliação Institucional para o Recredenciamento de Cursos do INEP, a extensão passa a ser considerada como *aspecto* a ser avaliado nos diversos *indicadores* solicitados (INEP, 2002).

6 O Plano Nacional de Educação, ao tratar do Ensino Superior (item 4) cita diversas vezes o tema da extensão, enfatizando a necessidade de sua qualidade. Mas, especificamente, no seu subitem 4.3 (*Objetivos e Metas*), no parágrafo 23, indica como meta: “Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas” (Lei 10.172 de 09 de janeiro de 2001).

exigências postas pelas políticas públicas para o setor, seja em relação aos questionamentos e reivindicações das instituições junto ao Estado.

Com tal alcance e complexidade, é imprescindível que haja um amplo **processo de diálogo** entre todos os setores e agentes acadêmicos envolvidos na gestão e na avaliação da extensão. Do contrário, tender-se-á ao risco de ela ser tratada como um setor ou uma tarefa à parte, que chegue mesmo a se eximir da responsabilidade para com o desenvolvimento da produção acadêmica, tendendo a passar de um universo com amplas perspectivas para a mera prestação de serviços ou repetição de cursos e eventos, cujos objetivos esgotam-se em si mesmos. Portanto, é preciso estar atento para que a extensão supere qualquer perigo de reducionismo, afirmando-se como processo inerente à aprendizagem.

Princípios e perspectivas

1. Para que tal diálogo se efetive, pressupõem-se **princípios e perspectivas** que possam orientá-lo, servir-lhe de parâmetros. Com o intuito de contribuir para o incremento deste processo dialógico, adiantam-se aqui sugestões de **princípios** e indicações das conseqüentes **perspectivas** que podem ser vislumbradas.
2. Em primeiro lugar, destaca-se que a gestão e a avaliação da extensão, conduzidas por tal processo dialógico, fundamenta-se no princípio da **auto-reflexão**, necessária, inclusive, para o acompanhamento da própria evolução da identidade universitária. Este processo caracterizado pelo “aprender-fazendo” possibilitará, por exemplo, a reaprendizagem da idéia de universidade, garantindo a autocrítica e a construção do novo, com base em conceitos que pressuponham a fidelidade à identidade matricial das instituições. Como perspectiva apresenta-se a busca da **superação da dicotomia entre o administrativo e o pedagógico** que tem marcado as Instituições de Ensino Superior. Na verdade, busca-se “a institucionalização dessas atividades, tanto do ponto de vista administrativo como acadêmico” (RENEX 2002b), fazendo com que o projeto pedagógico, que inclui a extensão, seja a base para a gestão institucional.
3. O diálogo em torno da gestão e da avaliação da extensão precisa ter como princípio a **institucionalidade**, de maneira que, sem perder o caráter de espontaneidade – que todo e verdadeiro diálogo precisa trazer consigo – se possa ganhar em efetividade. Para tanto, a formulação do Plano de Desenvolvimento Institucional é a oportunidade que vai lhe conferir a perspectiva da **autonomia universitária** e da objetiva inserção da extensão universitária na estrutura organizacional da instituição. Tal procedimento pode, inclusive, tornar todo o

processo de planificação mais colegiado, evitando-se a criação de “guetos” ou “feudos” autocráticos. Isso, contudo, não deve ser considerado como uma negação à necessária autonomia de cada segmento na qualidade de unidade de gestão.

4. Seguindo o mesmo princípio de **institucionalidade** e considerando que “o conceito de extensão somente pode ser aprendido em face de uma determinada concepção de educação, intrínseca a um projeto político-pedagógico” (FÓRUM, 2001a), torna-se de fundamental importância que a gestão e o processo avaliativo da extensão estejam presentes desde as origens da formulação de tal projeto (FORGRAD, 2002)⁷. Sendo espaço e instrumento definidor dos fundamentos epistemológicos e da concepção pedagógica, encontra-se como perspectiva a **superação do positivismo científico e do reprodutivismo pedagógico** “aprofundando-se um novo conceito de sala de aula, que não se limite ao espaço físico da dimensão tradicional, mas compreenda todos os espaços, dentro e fora da universidade” e possibilitando a reordenação do lugar e da prática extensionistas⁸.
5. Todo o processo de gestão e avaliação da extensão precisa ser marcado pelos princípios da **democracia**, da **horizontalidade** e da **transparência**. Eles serão a sustentação e a garantia para aquilo que se chama de processo dialógico. Seguir tais princípios gera a perspectiva da **descentralização**, propiciando a participação de todos os agentes da vida universitária. Com efeito, a descentralização da gestão implicará a descentralização da tomada de decisões, da formulação e da avaliação, estimulando o envolvimento, a criatividade e o comprometimento da comunidade acadêmica. Para tanto, é fundamental que se enfatize o papel dos colegiados já existentes e que, na medida do necessário, possam ser criadas novas estruturas facilitadoras do processo, inclusive naquilo que diz respeito ao planejamento orçamentário.
6. Enfim, a gestão e a avaliação da extensão precisam ter como princípio a **efetividade**, considerando o real impacto que a extensão possa produzir, e a **eficiência** em todo o processo que as envolve. Isto significa atenção permanente

7 Ao apresentar as diretrizes curriculares, o Plano Nacional de Graduação do FORGRAD propõe “promover a prática da extensão na graduação, como componente indissociado do projeto pedagógico do curso, visando a formação mais adequada da cidadania”. Afirmando ainda que “este programa será sustentado com dedicação dos docentes e apoio institucional” (FORGRAD, 2002, p. 80).

8 O documento sobre avaliação da extensão das IFES afirma com muita felicidade que “A relação entre o ensino e a extensão supõe transformações no processo pedagógico, pois professores e alunos constituem-se como sujeitos do ato de ensinar e aprender, levando à socialização do saber acadêmico” (RENEX 2002a).

em todo o seu desenvolvimento, inclusive para com aquelas atividades que servem apenas como meios para se atingir os objetivos finais predeterminados, como, por exemplo, as atividades pedagógicas e administrativas que dão suporte à ação extensionista. Abre-se, assim, a perspectiva de **ampliação dos indicadores** que servem como critérios para a avaliação da extensão, superando aqueles tradicionalmente considerados na relevância social, econômica e política, tais como as repercussões na pesquisa e no ensino.

7. Por todo o exposto, reafirma-se a certeza de que a extensão universitária nas IES Comunitárias cresce em importância na medida em que tende a ser parâmetro para a construção da sua identidade e definição de seu papel, superando a concepção reducionista de mera prestadora de serviços ou supletiva de políticas públicas. “Com efeito, encontramos na extensão a possibilidade de multiplicar e disseminar a vida universitária na sua forma única de lidar e operar com o conhecimento científico” (FÓRUM, 2001a), enfatizando a postura reflexiva e crítica da universidade e a inclusão da sociedade em tal processo.

8. Para uma instituição com a tradição da universidade, as mudanças são e precisam ser paulatinas. A consciência dessa verdade precisa ser, contudo, proporcional àquela que indica a necessidade de mudanças. Neste caso, mudanças necessárias para que se continue sob os mesmos princípios, inspirados pela mesma esperança de todos aqueles que sonham com a superação da contradição entre carências e privilégios em nossa sociedade. O ponto de partida desta caminhada é aquilo que marca a identidade de toda e qualquer instituição: o diálogo. Esta é a proposta e o convite, a exortação e a provocação que se espera ter materializado nesta Carta do Fórum de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e IES Comunitárias.

1.3. Carta de Brasília: Contribuição do ForExt para o processo de construção das políticas de avaliação da extensão universitária - Ano 2003

A Carta de Brasília é fruto das discussões realizadas no X Encontro e da V Assembléia do Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Educação Superior Comunitárias, realizado em outubro de 2003, no Campus II da Universidade Católica de Brasília. O tema central do evento foi “A identidade das IES Comunitárias”. O processo de avaliação foi contemplado no referido encontro, com o objetivo de contribuir para o processo de construção das políticas de avaliação da extensão universitária.

Nos últimos oito anos, no Brasil, as Políticas Públicas para o ensino superior conseguiram formalizar a avaliação institucional, transformando-a, através de diversos dispositivos legais, num poderoso instrumento de regulação. Justamente por essa razão, vem se alcançando uma efetividade inédita nos processos de avaliação. Com efeito, nas IES, desde as Coordenações de Cursos até a mais alta direção acadêmica, tem se considerado os resultados do Exame Nacional de Cursos e os relatórios das visitas *in loco* das Comissões de Avaliação como parâmetros de grande importância em suas decisões e procedimentos administrativos.

A universidade vem sofrendo, há muito, duras críticas pelo seu fechamento à sociedade, sendo comparada inúmeras vezes a uma “torre de marfim”. Nesse sentido, a avaliação instaurada pelo Estado pode muito bem vir a ser um canal para que suas virtudes e defeitos possam ser reconhecidos, como, também, pode provocar uma visão deturpada do que sejam sua identidade e seu papel.

Uma avaliação concentrada em dados quantitativos, ou apenas nos resultados produzidos pelas instituições, em detrimento dos processos pelos quais tais resultados são elaborados, pode se tornar um instrumento de condenação ou absolvição perante a opinião pública, perdendo o que há de mais importante nas avaliações: a possibilidade de melhorar o que se faz, de superar as dificuldades e identificar os principais desafios a serem enfrentados.

A avaliação exige atitudes e dispositivos que possam enfrentar a complexa realidade acadêmica, sob pena de incorrer na simplificação da realidade. É o que acontece, muitas vezes, com os pressupostos epistemológicos e axiomáticos dos procedimentos metodológicos e instrumentos a serem aplicados para a coleta de dados. Há, realmente, o perigo de, ao se perguntar por atividades ou infra-estruturas existentes nas instituições, perder-se de vista os conceitos, paradigmas e valores que subjazem tais perguntas.

Os processos avaliativos da década de 90 indicam que a condição fundamental para o seu sucesso continua sendo o diálogo e a participação efetiva das instituições a serem avaliadas. Nesse sentido, o Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias reivindica sua participação na revisão dos processos de avaliação do MEC, pois se compreende que o diálogo é fundamental para a concepção, gestão e avaliação da extensão. Interessamos, em especial, aqueles diretamente vinculados à extensão acadêmica. Tal interesse, contudo, não deve ser interpretado como iniciativa corporativista, pois sabemos que nem a extensão pode ser vista desvinculada das outras dimensões acadêmicas, nem a avaliação pode ser mecanicamente setorizada.

As reflexões feitas no Encontro de Brasília propõem o diálogo e o processo participativo nas decisões, visando ao aperfeiçoamento do ensino superior. Para tanto, apresentam-se princípios, diretrizes e dimensões que colaborem para a efetivação de uma política de avaliação da universidade brasileira.

Apesar da diversidade de modelos do ensino superior, é importante considerar os princípios fundamentais e comuns que devem conduzir a avaliação da extensão universitária. Nesse sentido, considera-se que:

- **A Universidade é espaço privilegiado de produção de conhecimento historicamente construído e de formação integral continuada.** O conhecimento, portanto, será resultado de comunicação dialógica baseada em critérios de horizontes mais amplos do que os imediatos e conjunturais e cujo definidor fundamental é a sustentabilidade do equilíbrio social e planetário. Por outro lado, nesse sentido, a formação deve ser efetivada com amplitude maior que a da profissionalização em caráter restrito para transformar-se num horizonte mais amplo, no qual seja o equilíbrio social e planetário seu maior definidor. Ao lado de um *saber-fazer* no sentido de controle da técnica, é preciso que se possibilite aos discentes um *saber-saber*, no sentido da construção epistemológica e um *saber-ser* no sentido da construção ética. Para tanto, se faz necessária uma formação baseada num aprendizado de conceitos, mas também de procedimentos e de atitudes.
- **A universidade constrói suas relações com o contexto social, a partir das suas características e da sua identidade.** É preciso que ela tenha autonomia, isto é, tenha condições de definir sua lógica e dinâmica administrativo-organizacional, científica e pedagógica. A interlocução com a sociedade, de forma autônoma, torna-se assim um demarcador da extensão. Esta, por sua vez, compreendida, em sua acepção mais geral, como prática acadêmica de interlocução com a sociedade pelas ligações orgânicas entre ambas, poderá ser na forma de prestação de serviços ou na construção conjunta do conhecimento, por meio do oferecimento de formação para o público em geral ou de seu engajamento crítico nas lutas sociais. Importa que, em todo ou qualquer caso pelo qual se apresente a extensão, haja uma relação direta com a pesquisa e o ensino, produzindo impactos e alcançando efetividade. Esta é sua característica fundamental: para além de um setor ou uma atividade institucionalizada, a extensão constitui-se como dimensão necessária da própria pesquisa e do ensino, de maneira que não se possa pensar em ambos sem uma estreita interlocução com a sociedade.
- **A avaliação como parte fundamental do processo de gestão universitária.** Considera-se primordial reafirmar o princípio da ligação fundamental entre gestão e avaliação. Isto significa que uma avaliação é, necessariamente, um processo de afirmação e/ou redirecionamento de rumos de um processo gestor que, por sua vez, corresponde às utopias e necessidades, planificadas segundo a realidade de recursos e prazos. Desse modo, qualquer processo

de avaliação a ser implantado num determinado setor precisa não apenas corresponder, mas integrar um projeto mais amplo. No caso do Ensino Superior, é decisivo que, além de uma política de avaliação, tenhamos uma política propositiva de gestão. No caso da extensão, é imprescindível que possamos construir, de maneira participativa e com respeito à diversidade do sistema, uma política nacional de extensão.

Integrada ao processo de gestão acadêmica, a política de avaliação da universidade, no âmbito geral, e da extensão, em especial, precisa pautar-se em diretrizes. Considere-se, portanto, que:

- **A avaliação é, fundamentalmente, um exercício crítico de auto-conhecimento em busca da melhoria dos processos pelos quais a universidade se realiza.** Ela precisa se deter tanto nos processos quanto nos seus resultados, retroalimentando-os com dados que melhorem seu desenvolvimento, confirmando ou propondo revisão de pressupostos e procedimentos. Tal princípio busca eximir o processo avaliativo de qualquer fixação excessiva nos resultados, como parâmetro único, ou de qualquer caráter premiador/punitivo.
- **A avaliação precisa ter como condição necessária à sua implementação a participação efetiva da comunidade universitária,** o que não exclui a participação de sujeitos externos. Esta continua sendo necessária, porém como ação complementar àquela própria da comunidade acadêmica. Assim, o processo será encarado como busca de melhoria da instituição e não corre o perigo de ser visto como uma ação externa que, quase como uma coerção, tenta moldar a instituição a metas que não correspondem à sua identidade e missão. Ademais, tendo a participação da própria comunidade no processo, haverá mais segurança naquilo que diz respeito à identidade institucional, respeitando-se a diversidade de natureza administrativa, a história, o contexto, a estrutura, enfim tudo que possa ser considerado como singular de cada instituição, evitando o caráter isomórfico que, em geral, os processos sistêmicos tendem a imprimir.
- **É preciso que a avaliação seja global,** isto é, não pode se deter em determinados aspectos da instituição, tendendo a parcialidades. Uma avaliação global deve considerar não apenas setores, mas todos os setores e as relações que possuem entre si; não deve se deter num determinado aspecto da vida acadêmica, mas procura vê-la em seu conjunto, como sistema complexo que ela é, existente segundo uma rede de relações e não como órgãos ou departamentos estanques. Para enfrentar tal complexidade, o processo avaliativo precisa considerar os dados de natureza qualitativa, não se limitando à quantificação. Tal opção implica em se construir um processo avaliativo que tenha flexibilidade suficiente para se adaptar às diversas realidades institucionais.

É preciso considerar a contemporaneidade e a pluralidade dos referenciais teóricos, dos instrumentos de coletas e das matrizes interpretativas de dados, como componentes próprios da construção do conhecimento. Neste aspecto, não podemos esquecer que o modo próprio de se construir conhecimento no mundo contemporâneo já não encontra tanto consenso como décadas atrás. Com efeito, a construção do conhecimento, também no campo da avaliação, enfrenta uma crise paradigmática. Assim sendo, a avaliação institucional precisa respeitar a pluralidade teórica e, principalmente, fundamentar-se numa racionalidade sócio-histórica, estimuladora da criatividade e dos processos voltados para exigências futuras.

A elaboração de instrumentos e a capacitação técnica para a avaliação *in loco* buscarão a materialização dos princípios e diretrizes apresentados em procedimentos metodológicos. Estes procedimentos deverão considerar as seguintes dimensões:

- **Produção de conhecimento** – identificar a efetividade das atividades nomeadas ou incluídas na extensão no que se refere à produção de conhecimento: a) em que medida as atividades de extensão repercutem nas opções da pesquisa, seja em termos de objetos, seja em termos epistemológicos; b) como uma atividade extensionista contribui para a interdisciplinaridade; e, c) como a extensão repercute na relação entre o saber científico e o senso comum.
- **Formação integral** – da mesma forma que se pergunta sobre as relações com a produção do conhecimento, pergunta-se sobre o processo formativo. Assim é que, ao se buscar os dados acerca da extensão, é de fundamental importância que se procure saber como, quando e o quanto ela consegue integrar o processo formativo. Em que medida, por exemplo, uma atividade extensionista consegue influenciar a inovação curricular ou como essa inovação trata a extensão; ou ainda, em que medida se considera a extensão na relação entre teoria e prática na formação dos discentes.
- **Relevância social** – é consenso que, ao se avaliar aspectos ligados à extensão, se busquem indicativos acerca da relevância social, isto é, dos impactos e/ou mudanças que as ações extensionistas alcançam no enfrentamento dos problemas sociais. Destaca-se que tais avaliações não podem ficar restritas a dados quantitativos, é fundamental que se possa chegar a um conhecimento do alcance dessas ações, como instrumentos para o equacionamento de problemas sociais, econômicos e políticos, próprios do meio para o qual elas se dirigem.
- **Identidade institucional** – em função da globalidade que os processos de avaliação precisam ter, faz-se necessário que se confira a efetividade das ações da extensão junto à instituição como um todo. Claro está que ela possui um

alcance junto à produção de conhecimento, à formação e ao meio em que se insere, e por ele, a extensão tende a tornar-se um parâmetro de relevância institucional. Não obstante, há que se ir além. É preciso que se possa aferir qual a repercussão das relações extensionistas na identidade e missão da universidade, na sua organização e na sua gestão. É importante que o processo avaliativo consiga captar até que ponto a universidade constrói suas parcerias técnicas e políticas referenciadas pela extensão, ou de que maneira esta consegue influenciar na disponibilidade dos bens materiais e culturais para a sociedade em geral.

1.4. SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: orientações para a Avaliação Institucional da Extensão - 2004

O Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, preconiza uma mudança no processo avaliativo nas Instituições de Ensino Superior (IES) fazendo desta uma estratégia para o desenvolvimento institucional através da formação e desenvolvimento social. Apoiada em valores e concepções singulares de cada instituição, o SINAES prevê a realização de uma avaliação heurística, ou seja, centrada nos sujeitos; com função formativa, ética e política que valorize processos, representações, vivências e participação social. (DIAS SOBRINHO, 2004)⁹

Princípios fundamentais do SINAES

- responsabilidade social com a qualidade da educação superior
- reconhecimento da diversidade do sistema
- respeito à identidade, à missão e à história das instituições
- globalidade, isto é, compreensão de que a instituição deve ser avaliada a partir de um conjunto significativo de indicadores de qualidade, vistos em sua relação orgânica e não de forma isolada
- continuidade do processo avaliativo

Requisitos da Avaliação Interna: auto-avaliação

- existência de uma equipe de coordenação
- participação dos integrantes da instituição
- compromisso explícito por parte dos dirigentes das IES
- informações válidas e confiáveis
- uso efetivo dos resultados

⁹ Conceitos apresentados durante a palestra de capacitação de presidentes das CPAs da região sudeste exceto São Paulo, Belo Horizonte set 2004.

As orientações gerais para a Auto-avaliação estão organizadas em três núcleos:

- (1) *Núcleo básico e comum* – contempla tópicos que devem integrar os *processos de avaliação interna de todas as IES*.
- (2) *Núcleo de temas optativos* – contém tópicos que podem ser ou não selecionados pelas IES para avaliação, conforme sejam considerados pertinentes à realidade e adequados ao projeto de avaliação institucional. Eles devem ser entendidos como sugestões para as reflexões e discussões da comunidade acadêmica - corpo discente, docente e técnico administrativo e com a comunidade externa.
- (3) *Núcleo de documentação, dados e indicadores* – são apresentados dados, indicadores e documentos que podem contribuir para fundamentar e justificar as análises e interpretações.

Destaca-se neste documento, os itens sugeridos para a *avaliação da extensão universitária* e citamos as demais dimensões a serem avaliadas, algumas das quais têm interface com a extensão.

(1) Núcleo básico e comum

- Concepção de extensão e de intervenção social afirmada no PDI.
- Articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social.
- Participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação.

(2) Núcleo de temas optativos

- Há um órgão institucional responsável pela coordenação das atividades e da política de extensão? Explícite sua dinâmica de funcionamento.
- Há preocupação da IES em desenvolver atividades de extensão que atendam à comunidade regional em termos sociais, culturais, da saúde e outros? Como se manifesta?
- Há sistemáticas de avaliação das atividades de extensão desenvolvidas pela IES? Quais?
- Qual o impacto das atividades de extensão na comunidade e na formação dos estudantes?
- As atividades de extensão desenvolvidas estão integradas com as de ensino e pesquisa? São coerentes com a missão da IES? Descreva as formas de integração.
- Quais as políticas existentes na instituição para o desenvolvimento das atividades de extensão?
- Existem incentivos institucionais ou de outras fontes? Quais são eles?

Para conseguir eficiência no processo de avaliação interna, é preciso realizar o planejamento das ações mediante plano de trabalho que inclua cronograma, distribuição de tarefas e recursos humanos, materiais e operacionais.

A metodologia, os procedimentos e os objetivos do processo avaliativo devem ser elaborados pela IES segundo a sua especificidade e dimensão, ouvindo a comunidade, e em consonância com as diretrizes da CONAES.

É fundamental destacar que as dimensões, assim como os tópicos apontados pelo SINAES, não esgotam o leque de atividades/situações e questões que acontecem nas IES. Por isso, estas *Orientações Gerais para Avaliação Institucional* não devem ser consideradas como um instrumento para mera checagem ou verificação ou, simplesmente, quantificação. Ao contrário, espera-se que a seleção de temas seja vista como ponto de partida para a construção de um amplo processo de discussão e reflexão sobre as diversas facetas e atividades institucionais, permitindo o aprofundamento do conhecimento e compreensão sobre as mesmas.

Muitos dos temas e das dimensões apresentados farão parte do instrumento de avaliação da instituição que será utilizado pelas Comissões de Avaliação Externa, quando da avaliação *in loco*, o qual será disponibilizado oportunamente.

As demais dimensões a serem avaliadas são:

- A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional.
- A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades:
 - a) Ensino
 - b) Pesquisa
 - c) Extensão
 - d) Pós-graduação
- A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.
- A comunicação com a sociedade.
- As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.
- Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

- Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.
- Políticas de atendimento aos estudantes e egressos.
- Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Capítulo II

Aspectos Metodológicos

Para refletir sobre o aspecto metodológico da avaliação institucional da extensão, é importante conhecer e entender o conceito de qualidade da educação superior. E, para esta reflexão reportamos às contribuições do Prof. José Dias Sobrinho (2002)¹⁰, quando afirma que para falar de avaliação da qualidade da educação superior se faz necessário entender a concepção de “qualidade como transformação” (Gonzalez & Ayarza, 1996:13). Esta idéia está baseada na noção de mudança qualitativa. “A transformação não se refere só a mudanças físicas, senão que também implica transcendência cognitiva (...). Uma educação de qualidade é aquela que efetua mudanças no participante e portanto presumivelmente o enriquece” (Ibidem).

Na Conferência Regional da ONU, realizada em Havana (1996) se assinala que: “O conhecimento é um bem social que só pode ser gerado, transmitido, criticado e recriado em benefício da sociedade, em instituições plurais e livres, que gozem de plena autonomia e liberdade acadêmica, e que possuam uma profunda consciência de sua responsabilidade e uma indeclinável vontade de serviço na busca de soluções às demandas, necessidades e carências da sociedade à qual devem prestar contas como contrapartida necessária para o pleno exercício da autonomia. A educação superior poderá cumprir tão importante missão na medida em que se exija a si mesma a máxima qualidade, para o qual a avaliação contínua e permanente é um valioso instrumento”. Nessa Conferência, a Comissão dedicada à análise do problema da Qualidade da Educação Superior, a Avaliação e o Credenciamento (*acreditación*) define a qualidade como “a adequação do ser e do que-fazer da educação superior a seu dever ser”. E acrescenta: “é uma construção humana, uma conseqüência de ações deliberadas que procuram alcançar resultados satisfatórios, de acordo com as finalidades preestabelecidas. O problema é não impor à prática da educação superior um conceito de qualidade que viole as qualidades inerentes a ela”.

Diante das considerações apontadas por Sobrinho (2002), deve-se compreender que o processo de avaliação institucional da extensão, para que possa ser analisa-

¹⁰ Contribuições extraídas do livro “Avaliação democrática: para uma universidade cidadã”, organizado pelos professores José Dias Sobrinho e Dilvo I. Ristoff,. Florianópolis: Insular, 2002.

da, discutida e modificada pela comunidade acadêmica e pela comunidade externa deverá incorporar-se à cultura da instituição, integrando-se ao processo de avaliação institucional da IES e deve ter como fundamentos a missão e a identidade da instituição. Esse procedimento permite a realização de um processo de avaliação que seja de fato institucional, democrático e gerador de mudanças.

Entende-se a avaliação como “o processo orientado a determinar sistemática e objetivamente a pertinência, eficiência, eficácia e impacto de todas as atividades à luz de seus objetivos. Trata-se de um processo organizativo para melhorar as atividades em marcha e ajudar a administração no planejamento, programação e futuras tomadas de decisões” (ONU, 1984). Neste sentido, a avaliação é um componente prioritário para o desenvolvimento de projetos, programas e políticas públicas que visem a melhoria da qualidade de vida das populações.

Cuba e Lincoln *apud* Contandriopoulos *et al* (1997), apontam quatro estágios metodológicos da avaliação:

“a) o primeiro estágio é baseado na medida. O avaliador usa a sua competência técnica para construir e usar os instrumentos que permitem medir os fenômenos estudados; b) no segundo estágio, fortalece a identificação e a descrição de programas que permitem atingir seus resultados; c) no penúltimo estágio, a avaliação se fundamenta no julgamento, ou seja, permite julgar uma instituição; d) o último, percebe-se a emersão da avaliação como um processo de negociação entre os atores envolvidos na intervenção a ser avaliada”.

Acredita-se hoje, “*que a avaliação referencia-se num conjunto de valores e noções sobre a realidade social partilhados pelos membros de uma sociedade*” (GOMES, 2001).

Conforme Cardoso (2003)¹¹ todo processo avaliativo inscreve-se dentro de uma concepção, na qual os métodos, as ferramentas e o momento para a realização da avaliação não são neutros, o que quer dizer que sempre se faz algum tipo de “julgamento” de valor quanto às ações, aos programas ou projetos. Assim, avalia-se um programa ou projeto considerando o seu mérito (seu valor em si; sua qualidade intrínseca) ou a sua relevância (seu valor externo ou validade para o contexto em que opera) no contexto de sua atuação.

Tijiboy, Firme e Stone (s.a), destacam a diferença entre avaliar o mérito e relevância de um programa ou projeto e chamam a atenção para a importância de “enfocar sempre que puder os dois aspectos, pois as informações se complementam e, juntas, explicam melhor a situação do programa (ou qualquer foco de atenção)”.

Assim os autores definem mérito como:

¹¹ Contribuições da acadêmica de Serviço Social, Alexandra Righi Marco Cardoso, em seu trabalho de conclusão de curso: AVALIAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS, apresentado ao Curso de Serviço de Social da PUC Minas, em 2003.

das ações empreendidas, e que possam garantir e medir a eficiência, a eficácia e a efetividade de programas e projetos sociais. No plano teórico, portanto, o monitoramento e a avaliação constituem etapas fundamentais da formulação e da implementação de programas e projetos de extensão. (Leporace, 2000)

Em estudo que destaca o estado da arte sobre o acompanhamento, a medição e a avaliação em programas e projeto sociais, Caiden e Caiden (2000: 81) assim definem as medidas de desempenho: "... son estimaciones cuantitativas o cualitativas em el tiempo, acerca de lo que está haciendo una organización, cuán bien se está desempeñando y cuales son los efectos de sus actividades". .

A qualidade torna-se, assim, uma dimensão relevante no novo modelo de avaliação institucional, contribuindo para a validação dos resultados obtidos por uma determinada ação extensionista. A qualidade deverá ser avaliada também como um componente da satisfação dos beneficiários e dos acadêmicos, em diferentes fases da implementação das ações de extensão sob responsabilidade da IES. Isto significa que a definição dos indicadores deverá incluir a dimensão qualidade e alcance das ações desenvolvidas, além da participação e satisfação dos beneficiários e demais sujeitos envolvidos nos projetos.

Do ponto de vista do monitoramento e avaliação de programas e projetos de extensão, a participação dos beneficiários introduz novos elementos de análise dos processos (implementação/análise de desempenho) e dos resultados e impactos da intervenção da IES.

Da mesma forma, a participação dos parceiros no processo de implementação dos projetos/programas de extensão serão fundamentais para avaliar a eficiência gerencial, uma vez que uma parceria supõe divisão de tarefas e responsabilidades. Se uma das partes envolvidas não cumprirem o acordado, as metas e prazos previstos serão comprometidos, bem como os resultados esperados.

Cohen e Franco (1999:102-103), defendem que a "razão essencial" do projeto social "é produzir mudanças em alguma parcela da realidade, solucionar um problema social, ou prestar serviço a um determinado subconjunto populacional. Operacionalmente, a eficácia é o grau em que se alcançam os objetivos e metas do projeto na população beneficiária, em um determinado período de tempo, independente dos custos implicados".

Os mesmos autores definem a efetividade como constituinte da relação entre os resultados e o objetivo, e citando López "efetividade é um termo que se usa frequentemente para expressar o resultado concreto - ou as ações condizentes a esse resultado concreto - dos fins, objetivos e metas desejadas".

A importância do acompanhamento dos efeitos/resultados das ações de extensão no tempo - e a certeza de que alguns impactos somente serão mensuráveis após um determinado período de "maturação" dos efeitos da intervenção - coloca a necessidade de considerar diferentes tipos e/ou sentidos da avaliação (Leporace, 2000).

É importante sublinhar que, o processo de avaliação institucional da extensão universitária deve iniciar-se, necessariamente, integrado ao processo de avaliação institucional da IES e deve ter como fundamentos a missão e o perfil da instituição, conforme dito anteriormente. Este procedimento orienta a realização de um processo de avaliação que seja de fato institucional, democrático e gerador de mudanças.

O desafio que aqui se coloca é definir instrumentos que favoreçam, o acompanhamento e o monitoramento dos programas e projetos de extensão. Caberá a cada IES, a partir da sua realidade e do potencial dos seus docentes, esta tarefa.

2.2. Dimensões, categorias e indicadores

Pretende-se neste item, apontar contribuições para a conceituação de indicadores, desenho de estudo e método de coleta de dados.

Segundo Armani (2000), os indicadores aparecem no processo de elaboração e desenvolvimento de projetos para permitir a construção de consensos claros dentre todos os atores envolvidos, acerca do que se deve entender por objetivo geral, objetivos do projeto, resultados e atividades. São dimensões concretas que irão orientar o desenho metodológico.

Um indicador é um instrumento de medição usado para indicar mudanças na realidade social que interessa aos idealizadores ou gestores dos programas/projetos.

Ainda conforme ARMANI,

“o indicador é uma “régua” ou um padrão que ajuda a medir, avaliar ou demonstrar variações em alguma dimensão da realidade relevante para os objetivos de um determinado projeto. Os indicadores fornecem evidências concretas do andamento das atividades, do alcance dos resultados e da realização dos objetivos de um projeto”.

Sendo assim, entende-se que os indicadores são parâmetros objetivos e mensuráveis utilizados para operacionalizar conceitos, ou seja, eles servem para captar fenômenos sociais que não se tem condições de dimensionar diretamente. O indicador é um instrumento, que ajuda medir, avaliar ou demonstrar as mudanças na realidade social. As pessoas mais apropriadas para defini-los são os atores sociais que convivem com a realidade.

Sendo os indicadores, parâmetros ou “sinais” utilizados para avaliar o andamento de um projeto, eles podem indicar mudanças de quantidade ou de qualidade rumo às metas estabelecidas.

Para a definição dos indicadores que serão utilizados no processo de avaliação, é importante considerar a possibilidade de obter dados confiáveis para apurá-los e sua capacidade de fornecer informações relevantes.

Além dos indicadores sugeridos pelo SINAES, para aferir a extensão nas universidades, é possível utilizar outros indicadores em quatro níveis intercalados, tais

como aqui sugeridos (indicadores produzidos pela assembléia do ForExt, realizada em Brasília, 2003, através da contribuição de várias IES filiadas):

O compromisso institucional para a estruturação e efetivação das atividades de extensão:

- o grau de formalização da extensão na estrutura universitária;
- a definição clara das políticas institucionais de extensão – metas e prioridades;
- a conceituação e tipologia das atividades de extensão;
- o sistema de informação sobre as atividades de extensão – banco de dados;
- o grau de participação da extensão no orçamento da instituição;
- o grau de valorização da extensão nas carreiras docente e técnico- administrativa.

A existência de programas institucionais de fomento às atividades de extensão (especialmente bolsas):

- o grau de envolvimento de docentes/discentes e técnicos nas atividades de extensão;
- o grau de interação das atividades de extensão com o ensino-graduação e pós-graduação e com a pesquisa;
- o grau de inserção das atividades de extensão nos programas departamentais e unidades acadêmicas;
- o grau de participação das atividades de extensão na produção acadêmica da instituição.

O impacto das atividades de extensão junto aos segmentos sociais que são alvos ou parceiros dessas atividades:

- a relevância social, econômica e política dos problemas abordados nas atividades de extensão;
- quais e quantos são os segmentos sociais envolvidos nas atividades de extensão;
- o grau de interação com órgãos públicos e privados e segmentos organizados da sociedade civil;
- os objetivos e resultados alcançados e repercussão das atividades de extensão;
- a apropriação, utilização e reprodução do conhecimento na atividade de extensão pelos parceiros;
- o efeito nas atividades acadêmicas da interação social resultante da atividade de extensão;
- os níveis de transformação dos indicadores sociais resultantes das atividades de extensão.

Os processos, métodos e instrumentos de avaliação:

- a formalização das atividades de extensão por instrumentos específicos (propostas e projetos);
- o envolvimento das instâncias acadêmicas na análise e avaliação dos projetos (consultores internos e externos);
- a participação dos parceiros na avaliação dos projetos;
- a definição da abrangência institucional às instâncias e às pessoas que coordenam o processo.

Capítulo III

Componentes fundamentais da avaliação institucional da extensão universitária

Neste capítulo apresenta-se sugestões de critérios de relevância social acadêmica e social, e de viabilidade institucional para avaliação de programas, projetos, atividades e cursos de extensão, conforme contribuições da UNISO – Universidade de Sorocaba e da PUC CAMPINAS:

1. RELEVÂNCIA ACADÊMICA

- Clareza de objetivos;
- Articulação com atividades de ensino;
- Articulação com atividades de pesquisa;
- Potencial para o desenvolvimento de atividades de ensino, de pesquisa e/ou atividades de extensão;
- Caráter interdisciplinar;
- Potencial para o envolvimento de alunos;
- Clareza na formulação da proposta (específico para cursos de extensão).

2. VIABILIDADE INSTITUCIONAL

- Aprovação das várias instâncias institucionais de cunho acadêmico;
- Consonância com os critérios de orçamento e custos exigidos pela IES;
- Proposta de financiamento compatível e adequado às exigências do projeto ou do curso;
- Tempo e duração do projeto;
- Análise custo X benefício.

3. RELEVÂNCIA SOCIAL

- Abordagem de questões sociais relevantes, para o desenvolvimento da região onde a IES está localizada;
- Interação com instituições ou organismos da sociedade civil ou do Estado e/ou movimentos sociais;
- Compatibilização com as diretrizes/normas de extensão formulada pela IES;
- Impactos e resultados esperados para a sociedade (financeiros e sociais).

Para CHIANCA (2001), são vários os métodos de coleta de dados existentes:

- “Dados coletados de pessoas identificadas como fontes de informações, através de: questionários, entrevistas, grupo focal, testes, simulações/debates, exemplo de trabalho realizado (redações, desenhos, etc.);
- Dados coletados por meio de observador independente: relatórios narrativo-descritivos; Roteiros de observação;
- Dados coletados através de aparatos tecnológicos: gravações de áudio e vídeo; séries de fotografias e outros;
- Dados coletados a partir de informações já existentes: revisão de documentos públicos e de documentos institucionais”.

No campo da avaliação tem-se discutido muito a respeito dos métodos quantitativos e qualitativos, uma vez que estes são selecionados em função das perguntas avaliativas para as quais procuram resposta, buscando assim, uma maior efetividade e adequação na coleta de informações e clareza nos resultados.

Considerações finais

Acredita-se que a inclusão da extensão universitária como um dos parâmetros de avaliação importante da Universidade constitui um avanço. As contribuições sobre a avaliação institucional da extensão que se apresenta para reflexão neste documento o na medida em que propicia a valorização e institucionalização da extensão no cenário interno e externo à IES.

A proposta de avaliação institucional da extensão tem como finalidade a definição e consolidação de uma Política de Extensão e a construção de processos e metodologias que fortaleçam a extensão no interior dos cursos, através dos projetos políticos pedagógicos, e possibilitem o cumprimento da missão da Universidade juntamente com o ensino e a pesquisa, que visa a formação humanista, ou formação do sujeito em sentido lato, cuidando do desenvolvimento integral do ser humano de modo a garantir sua inclusão na sociedade por meio do exercício da cidadania.

A dimensão pedagógica de um projeto de avaliação encontra-se no fato de que a avaliação do trabalho com o conhecimento se ancora na auto-reflexão dos agentes a respeito de suas atividades, tendo em vista as intenções que as regem; nas atividades de capacitação realizadas com diversos agentes; na abertura do diálogo institucional para a discussão da proposta e da metodologia da avaliação, momento no qual a dimensão pedagógica aparece imbricada com a participação democrática. A dimensão democrática envolve a abertura de possibilidade para que os agentes manifestem suas opiniões e participem, em diversos momentos, de atividades que visam produzir reflexões coletivas sobre a própria avaliação.

Esse envolvimento deve garantir a observância da participação e engajamento de diferentes atores no processo da avaliação. Observa-se, em experiências realizadas em algumas IES, o desejo, por parte da comunidade acadêmica, quanto à abertura de espaços plurais de diálogo interno, além de propiciador da avaliação como aspecto relevante da cultura institucional. Espera-se que os resultados sejam divulgados e discutidos com a comunidade acadêmica e que esta possa participar quanto às futuras decisões a respeito das prioridades institucionais¹².

Espera-se que os elementos aqui apontados sejam desenvolvidos na perspectiva de contribuir para gestar uma prática da extensão naquilo que lhe é mais forte, a extensão como redefinidora da prática pedagógica, da articulação entre teoria e prática, da investigação e intervenção frente às exigências da sociedade, bem como pensar um outro ideário para a concretização da gestão da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria Dorinha de (org.). *Projeto Político-pedagógico*. Natal: Editora da UFRN, 2000.

BELLONI, Isaura. *O Compromisso social da avaliação*. UNB, 1997 (texto digitado)

BOTOMÉ, Sílvio Paulo. *Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária*. Petrópolis: Vozes; São Carlos: EDUFScar, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação - *LDBEN* - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (MEC). *Plano Nacional de Educação*. Disponível em <<http://www.mec.gov.br/acs/ftp/pne.doc>>. Acesso em 27 jul 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (MEC). SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: *Bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior brasileira*. Comissão especial de avaliação, Brasília, setembro/2003.

_____ Senado Federal. **Decreto nº 19.851**, de 11/04/1931. Disponível em www.senado.gov.br. Acesso em 13/05/2004.

CARDOSO, Alexandra Righi Marco. *Avaliação de Projetos Sociais*. Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Serviço Social da PUC Minas, 2003.

CASTRO, Maria da Consolação Gomes de. *A avaliação institucional da extensão na PUC Minas*. Artigo apresentado no II Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, Belo Horizonte, 2004.

COHEN, Ernesto. *Avaliação de projetos sociais*. Petrópolis, RJ, 1993

DIAS SOBRINHO, José. *Avaliação Institucional da UNICAMP*: processo, discussão e resultados. Campinas, SP: UNICAMP, 1994.

DIAS SOBRINHO, José. *Avaliação da educação superior*. Petrópolis: Vozes, 2000.

DIAS SOBRINHO, José e DILVO I. Ristoff, org. *Avaliação democrática: para uma universidade cidadã*. Florianópolis: Insular, 2002.

FORGRAD. *Resgatando espaços e construindo idéias: forGRAD 1997 a 2002*. Niterói: EDUFF, 2002.

FORGRAD – Fórum de Pró-Reitores de Graduação. *Do pessimismo da razão ao otimismo da vontade* referências para a construção de projetos pedagógicos nas IES brasileiras. Curitiba, 1999.

FÓRUM Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias. ANAIS do VIII Encontro Nacional de Extensão e Ação Comunitária: “A gestão da extensão e da ação comunitária”, Recife, 2001.

_____ ANAIS do IX Encontro Nacional de Extensão e Ação Comunitária: A Gestão e a Avaliação da Extensão: um desafio para a comunidade acadêmica, Florianópolis, 2002.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. Avaliação de políticas sociais e cidadania: pela ultrapassagem do modelo funcionalista clássico. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva (Org.). *Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática*. São Paulo: Veras, 2001. p. 17-36.

LEITE, Eugênio; MARTINS, Maria Inês e SOUZA, Matilde. *Programa Permanente de Avaliação Institucional da PUC Minas: Um Processo de Construção e Participação Coletivas*. Artigo apresentado no Congresso de Educação. 2004.

LEPORACE, Márcia. *Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas e Projetos*. Brasília, 2000.

MARTINS, Maria Inês. *Memória e História: A trajetória do Curso de Odontologia da PUC Minas: 1974-2000*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, 2002.

MENDES, Sônia Regina. *Avaliação em Extensão Universitária*. Rio de Janeiro, 1998. (texto digitado).

PUC Minas. *Programa permanente de avaliação institucional*. Belo Horizonte: Pró-Reitoria de Graduação: PUC Minas, 2002.

PUC Minas. *Projeto Pedagógico: construção e avaliação*. Pró-Reitoria de Graduação: PUC Minas, 2002 a. Disponível em http://www.pucminas.br/restrito/downloads/projeto_pedagogico_construcao_avaliacao.pdf

PUC Minas. *Documento- base para discussão da Política de Extensão da PUC Minas*. Novembro/2003.

RENEX. *Avaliação da extensão universitária – pressupostos, indicadores e aspectos metodológicos*. 2000^a.

RENEX. *Plano Nacional de Extensão Universitária*, 2000b.

SEVEGNANI et al. Extensão em rede. *Revista de Extensão do Sistema ACADE*. Ano I, Nº 1, 2003.

SÍVERES, Luiz. A Universidade e o compromisso social: a contribuição da extensão. Campinas, 2004. (Palestra de abertura do XI Encontro e VI Assembléia Nacional do ForExt, realizada em Campinas)

TIJIBOY, Juan Antonio, FIRME, Thereza Penna, STONE, Vathsala Iyengar. Voltando do campo: construindo a resposta e dando a notícia. In: TIJIBOY, Juan Antonio, FIRME, Thereza Penna, STONE, Vathsala Iyengar. *Avaliação de programas sociais: como enfocar e como por em prática*. S. 1.: UNICEF, s. a. Caderno 6